

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2024/007-CMM

### 3° TERMO ADITIVO

(Prazo do contrato nº 009/2021-CMM)

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2021-CMM

**OBJETO:** 3° TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO N° 009/2021-CMM, DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂNDIA/PA.

**PESSOA FÍSICA:** ILTOMAR CARVALHO DOS SANTOS, CPF nº 616.641.702-00.

### ESTADO DO PARA PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂDIA "CAPITAL NACIONAL DO CACAU"

CNPJ: 14.136.212/0001-05

#### Ofício nº 068/2024 – GAB/CMM

Medicilândia/PA, 01 de agosto de 2024.

Ao

Senhor: ILTOMAR CARVALHO DOS SANTOS

CPF: 616.641.702-00

Endereço: Rua Belmiro Avila s/nº, Centro, CEP: 68.145-000, Medicil|ândia/PA.

Prezado Senhor.

Diante da necessidade da Câmara Municipal de Medicilândia/PA de continuidade na Locação do prédio para funcionamento da Câmara Municipal de Medicilândia/PA, em decorrência do Poder Legislativo do Município de Medicilândia, não possui prédio próprio para funcionamento de suas atividades administrativas e com objetivo de manter as mesmas condições de trabalho que vem desenvolvendo, devido o prédio conta com infraestrutura adequada e com qualidade para que os edis possam desenvolver suas atividades legislativa, assim como os servidores possam desempenhar suas funçoes administrativas em espaço satisfatório e digno, e um ambiente onde possamos receber a população de Medicilândia/PA, com mais segurança e conforto.

A presente Justificativa visa, fundamentar a realização do aditamento do contrato, conforme o disposto no art. 57 § 2º da lei 8.666/93 que dispõe: "que § 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato".

O procedimento de Aditamento Contratual é totalmente legal e não fere nenhum dispositivo da Lei 8.666/93 e nem mesmo o próprio contrato realizado entre as partes, tendo em vista a possibilidade de prorrogação no vencimento, através de um Termo Aditivo entre as partes. Nota-se que o art. 57, inciso II, da lei 8.666/93 dispõe sobre a possibilidade de o contrato estender pelo valor limite e pelo prazo de até 60 (sessenta) meses após o início da vigência do mesmo, quando este referir-se a prestação de serviços continuos, como no caso em tela.

Outro fator importante é que os serviços descritos no objeto do contrato é um serviço contínuo, não cessa, não interrompe nossa entidade sempre necessitará do espaço para a execução das atividades legislativas.

Independente da prorrogação do contrato, será necessário logo após o seu término, uma nova contratação de um local que ofereça destes serviços. Diante do vencimento do contrato original, não há melhor posicionamento que a prorrogação do contrato, através de Termo Aditivo, por razões econômicas, financeiras e técnicas, uma vez que os serviços prestados são de qualidade superior e que tem atendido a contento as necessidades da Contratante. Faz-se necessário manter os serviços junto a Contratante, visto que tratam-se de serviço indispensável para que nossa entidade logre sucesso nos seus trabalhos.

Assim, é irrelevante esta entidade abrir novo processo licitatório para locação de um imóvel, pois o mesmo está atendendo de forma satisfatória, quando a própria lei prevê a possibilidade de prorrogação do contrato.



## PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂDIA "CAPITAL NACIONAL DO CACAU" CNPJ: 14.136.212/0001-05

Dado a urgência, a viabilidade da administração e necessidade de contratação, solicitamos com a maior brevidade possível, sua manifestação referente ao seu interesse na continuidade da locação até o final do exercio financeiro de 2024, em conformidade com o contrato administrativo nº 009/2021-CMM e seus aditivos posteriores, que prorrogou seus prazos ficando com vencimento até 31/12/2024. Caso tenha interesse, solicitamos as certidões fiscais e trabalhistas para análise.

Atenciosamente,

**JARI EDNEI TEIXEIRA** 



# RESPOSTA DA CONTRATADA (05/08/2024)



#### CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂDIA "CAPITAL NACIONAL DO CACAU" CNPJ: 14.136.212/0001-05

#### **DESPACHO**

Medicilândia/PA, 05 de agosto de 2024.

Á Sra. Regiane Silveira Paixão Departamento Financeiro - CMM

Assunto: verificação da adequação orcamentária e da existência saldoorcamentário.

Prezada Senhora,

Com a finalidade de subsidiar o Ordenador de Despesa responsável quanto ao cumprimento do II, art. 16, LC 101/2000-LRF, solicita-se a V. Sª. que determine ao Setor de Contabilidade que manifeste-se:

- a) Se existe <u>adequação orçamentária e financeira</u> das despesas especificadas nos <u>Pedidos de Geração de Despesas PGD</u> e no <u>Termo de Referência –TR</u> em apenso aos autos com a Lei Orçamentária em vigor (exercício de 2024), bem como, se as respectivas <u>dotações</u> orçamentárias são adequadas para suportar as despesas decorrentes deste processo.
- b) Se existe **compatibilidade** destas despesas deste processo com o Plano Plurianual (PPA 2022/2025) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes (exercício de2024).
- c) Se existe <u>saldo orçamentário</u> suficiente a suportar os gastos decorrentes deste processo de geração de despesas.

Tais medidas administrativas são necessárias à possível autorização de despesas pelo Ordenador Responsável.

Atenciosamente,

#### JARI EDNEI TEIXEIRA



## PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂDIA "CAPITAL NACIONAL DO CACAU" CNPJ: 14.136.212/0001-05

**DESPACHO** 

Medicilândia/PA, 06 de agosto de 2024.

Ao

Sr. Jari Ednei Teixeira

Presidente da Câmara Municipal

Assunto: manifestação quanto à adequação orçamentária e existência desaldo orçamentário.

Sr. Presidente,

Atendendo à solicitação de V.  $S^a$ . constante em Memorando em anexo para que este órgão manifeste-se sobre informamos que:

- a) Análise da Lei Orçamentária em vigor (exercício de 2024) verifica-se haver adequação orçamentária e financeira desta com as despesas especificadas nos <u>Pedidos de Geração de Despesas PGD</u> e no <u>Termo de Referência TR</u> em apenso aos autos, bem como, a suas respectivas <u>dotações orçamentárias</u> são adequadas para suportar as despesas decorrentes deste processo.
- b) Análise ao Plano Plurianual (PPA 2022/2025) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente (exercício de 2024) verifica-se haver compatibilidade destas despesas com as diretrizes fixadas nestas leis.
- b) Levantamentos feitos no software de gestão orçamentária verificou-se haver <u>saldo</u> <u>orçamentário</u> suficiente a suportar os gastos decorrentes deste processo de geração de despesas conforme extratos em anexo.

ÓRGÃO	01 – Câmara Municipal de Medicilândia	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	0101 – Câmara Municipal de Medicilândia	
PROGRAMA	01 031 0001 2.001- Manut. da Câmara Municipal	
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.36.00- Outros Serv. de Terceiros Pessoa Física	

Pelo que opiamos pelo regular prosseguimento deste processo de geração de despesa.

Atenciosamente,

Regiane Silveira Paixão

Tesoureira Portaria nº 092/2021-CMM



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂDIA
"CAPITAL NACIONAL DO CACAU"
CNPJ: 14.136.212/0001-05

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINCEIRA

(II, ART. 16, Lei Complementar Nº 101/2000)

**Objeto**: Terceiro Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo ao Contrato nº 009/2021-CMM, de Locação de Imóvel para funcionamento das atividades administrativas da Câmara Municipal de

Medicilândia/PA.

2024).

Na qualidade de Ordenador de Despesas da **Câmara Municipal de Medicilândia**, tendo como base técnica o conteúdo do despacho expedido pelo Setor Financeiro (em apenso aos autos), **DECLARO** para os efeitos do inciso II do art. 16 da Lei Complementar Nº 101/2000-LRF, que as despesas especificadas nos <u>Pedidos de Geração de Despesas – PGD</u> e nos <u>Termos de Referência - TR</u> em apenso nos autos deste processo possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual vigente (Exercício de 2024) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA – 2022/2025) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes (exercício de

Medicilândia/PA, 07 de agosto de 2024.

**JARI EDNEI TEIXEIRA** 



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂDIA
"CAPITAL NACIONAL DO CACAU"

CNPJ: 14.136.212/0001-05

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA

O Presidente da Câmara Municipal de Medicilândia/PA, na qualidade de

Ordenador de Despesas responsável pela Câmara Municipal, no uso de suas atribuições Legais e,

Considerando a necessidade de Prorrogação de Prazo ao Contrato nº 009/2021-CMM,

deLocação de Imóvel para funcionamento das atividades administrativas da Câmara Municipal de

Medicilândia/PA;

Considerando haver adequação orçamentária e financeira da despesa especificada no

Pedido de Geração de Despesas - PGD em apenso aos autos com aLei Orçamentária em vigor

(exercício de 2024), bem como, compatibilidade como o Plano Plurianual (PPA - 2022/2025) e a

Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente (exercício de 2024) e saldo orçamentário suficiente

conforme atestado pelo Setor de Contabilidade;

**Resolve:** 

I – Autorizar a realização da supracitada despesa;

II – Determinar ao setor competente o impulso do procedimento adequado,

conforme for a hipótese legal mais vantajosa ao Erário Municipal.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Medicilândia/PA, 07 de agosto de 2024.

JARI EDNEI TEIXEIRA



#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2024-CMM

#### REQUISITANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂNDIA/PA

#### **AUTUAÇÃO**

Hoje, nesta cidade, na sala do Departamanto de Licitação, autuo o processo administrativo que adiante se vê, que tomou o nº 2024/007-CMM, do que para constar, lavrei este termo. Eu **Erisvaldo Nascimento da Silva**, Presidente da Comissão de Licitação, o subscrevo.

Medicilândia/PA, 12 de agosto de 2024.



## ESTADO DO PARÁ PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂDIA "CAPITAL NACIONAL DO CACAU"

CNPJ: 14.136.212/0001-05

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2024/007-CMM REQUISITANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂNDIA

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ADITIVO DE CONTRATO

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Medicilândia, Estado do Pará, instituída através da Portaria nº 008/2021, de 14 de janeiro de 2021, composta pelos servidores públicos Senhores: **ERISVALDO NASCIMENTO DA SILVA-**Presidente; **LOURIVAL MONTEIRO DA SILVA e ANTÔNIA GORETH FERREIRA PEREIRA-**Membros Titulares, consoante autorizações do Excelentíssimo Senhor **JARI EDNEI TEIXEIRA**, presidente da Câmara Municipal, que no uso de suas atribuições, vem abrir o presente Processo Administrativo de Prorrogação de Prazo do Contrato nº 009/2021-CMM, para Locação de Imóvel para funcionar as atividades administrativas à Câmara Municipal, proveniente da Dispensa de Licitação nº 003/2021, por 12 (doze) meses, já prorrogado por dois periodo.

#### JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO ADITAMENTO DE CONTRATO

A presente Justificativa visa a fundamentar a realização do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 009/2021-CMM, com vencimento do 2º termo aditivo de prazo em 01/09/2024. A justificativa em questão visa cumprir o disposto no art. 57 § 2º da lei 8.666/93 que dispõe: "que § 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato". O procedimento de prorrogação de prazo Contratual é totalmente legal e não fere nenhum dispositivo da Lei 8.666/93 e nem mesmo o próprio Contrato realizado entre as partes tendo em vista a possibilidade de prorrogação no vencimento, através de um Termo Aditivo entre as partes. Nota-se que o art. 57, inciso II, da lei 8.666/93 dispõe sobre a possibilidade de o contrato estender pelo valor limite e pelo prazo de até 60 (sessenta) meses após o início da vigência do mesmo, quando este referir – se a continua prestação de serviços. Outro fator importante é que os serviços descritos no objeto do contrato é um serviço contínuo, não cessa, não interrompe nossa entidade sempre necessitará do espaço para a execução das atividades legislativas.

Independente da prorrogação do contrato, será necessário logo após o seu término, uma nova contratação de um local que ofereça destes serviços. Diante do vencimento do contrato original, não há melhor posicionamento que a prorrogação do contrato, através de Termo Aditivo, por razões econômicas, financeiras e técnicas, uma vez que os serviços prestados são de qualidade superior e que tem atendido a contento as necessidades da Contratante. Faz-se necessário manter os serviços junto a Contratante, visto que tratam-se de serviço indispensável para que nossa entidade logre sucesso nos seus trabalhos.

Assim, é irrelevante esta entidade abrir novo processo licitatório para locação de um imóvel, que vigirará ate o final do exercicio vigente, ou seja 31/12/2024. Pois o mesmo está atendendo de forma satisfatória, quando a própria lei prevê a possibilidade de prorrogação do contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂDIA "CAPITAL NACIONAL DO CACAU" CNPJ: 14.136.212/0001-05

Sendo o que tínhamos para presente momento, despeço-me; diante do exposto, emito a presente Declaração de Aditivo de Contrato a seguir:

#### DECLARAÇÃO DE ADITIVO DE CONTRATO

O presidente da Comissão Permanente de Licitação, por meio da Câmara Municipal de Medicilândia, no uso de suas atribuições legais e considerando a matéria constante neste processo administrativo, vem emitir a presente declaração de aditivo de Prorrogação de Prazo, fundamentada no artigo 57, inciso II, da lei 8.666/93, que dispõe sobre a possibilidade de o contrato estender pelo valor limite de 60 meses, sendo que vamos prorrogar pelo prazo de até 31/12/2024, a partir da assinatura do Termo Aditivo que terá como início da vigência do mesmo, que para constar, a pessoa física **ILTOMAR CARVALHO DOS SANTOS**, inscrito no CPF nº 616.641.702-00, situada na Rua Belmiro Avila, s/nº, Centro, CEP: 68.145-000, Medicilândia/PA, como aditada.

Mediciçândia/PA, 13 de agosto de 2024.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂDIA
"CAPITAL NACIONAL DO CACAU"

CNPJ: 14.136.212/0001-05

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº Nº 2024/007-CMM REQUISITANTE: CAMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂNDIA

**DESPACHO** 

À.

Assessoria Jurídica

Em conformidade com o disposto no artigo 38 da com Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores estamos encaminhando processo administrativo, para análise e manifestação através do parecer Jurídico em apreciação aos procedimentos adotados e MINUTA CONTRATUAL, que versa sobre o terceiro Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo ao Contrato nº 009/2021-CMM, de Locação de Imóvel para funcionar as atividades administrativas da Câmara Municipal de Medicilândia/PA, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Aguardamos parecer para continuidade ao processo.

Medicilândia/PA, 14 de agosto de 2024.



#### PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂDIA "CAPITAL NACIONAL DO CACAU"

CNPJ: 14.136.212/0001-05

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024/007-CMM DISPENSA Nº 003/2021-CMM CONTRATO Nº 009/2021-CMM

#### TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2021, DE LOCAÇÃO DO IMOVEL SEDE DA CAMARA MUNICIPAL DE MEDICILANDIA

#### (MINUTA)

**TERCEIRO TERMO ADITIVO** AO CONTRATO 009/2021, **QUE ENTRE** SI CELEBRAM, A CAMARA MUNICIPAL DE **MEDICILANCIA**  $\mathbf{E}$  $\mathbf{O}$ SR. **ILTOMAR** CARVALHO DOS SANTOS, COMO MELHOR ABAIXO SE DECLARA.

Pelo presente instrumento, o município de MEDICILANDIA, através da CAMARA MUNICIPAL DE MEDICILANDIA, neste ato denominado CONTRATANTE, localizado na TRAV. PEDRO LIMA, S/N – HELIO CARVALHO – MEDICILANCIA-PA, s/n, inscrito no CNPJ: 14.136.212/0001-05, representado pelo Sr. JARI EDNEI TEIXEIRA, presidente da casa legislativa, residente na Rua União, S/N - Centro - portador do CPF: Nº 387.501.202-04 e, de outro lado Sr. ILTOMAR CARVALHO DOS SANTOS, pessoa física, inscrito no CPF: 616.641.702-00, proprietário do imóvel/sede da referida CAMARA MUNICIPAL, sendo sua residência na Rua BELMIRO AVILA, S/N – CENTRO – CEP: 68.145-000, Município de Medicilândia/PA, de agora em diante denominada contratado.

#### 1 - CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO

1.1 - De acordo com as partes fica prorrogado o prazo contratual pelo período de 04 (quatro) meses a vigorar do dia 02/09/2024 até 30/12/2024;

#### 2 - CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO CONTRATUAL

2.1 – Locação do imóvel comercial da sede da Câmara Municipal de Medicilândia, cuja as instalações atende as necessidades para seu bom funcionamento;

#### - CLAUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

3.1 – As despesas referentes ao Termo Aditivo por conta da dotação orçamentariam: Exercício 2024.

Câmara Municipal de Medicilândia

- 01 031 0001 2.001 Manutenção da Câmara Municipal;
- 3.3.90.36.00 Outros serv. de terceiros pessoa física;



#### CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂDIA "CAPITAL NACIONAL DO CACAU" CNPJ: 14.136.212/0001-05

#### 4 – CLAUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 Permanecem inalteradas todas as demais clausulas e condições contratuais.E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo de aditamento em 03

(três) vias de igual teor	e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que Medicilândia	a tudo assistiram. n/PA, de de 2024
	Vereador JARI EDNEI TEIXEIRA Presidente da Câmara Municipal CONTRATANTE	
	ILTOMAR CARVALHO DOS SANTOS CONTRATANTE	
TESTEMUNHAS		
1	CPF:	
2	CPF:	



### PARECER JURÍDICO 16/08/2024



#### PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂDIA "CAPITAL NACIONAL DO CACAU"

CNPJ: 14.136.212/0001-05

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024/007-CMM REQUISITANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MADICILÂNDIA

**DESPACHO** 

Ao

Ilmo. Sr. Jari Ednei Teixeira

Presidente da Câmara de Medicilândia

Submetemos a elevada consideração de Vossa Excelência o resultado do julgamento do procedimento em referência, onde passou por parecer da Assessoria Jurídica.

Para apreciação aos procedimentos adotados para pedido de prorrogação de prazo ao contrato nº 009/2021-CMM de locação de imóvel, pelo período de 04 (quatro) meses, da pessoa física Sr. ILTOMAR CARVALHO DOS SANTOS, pessoa física, inscrito no CPF: 616.641.702-00, proprietário do imóvel/sede da referida CAMARA MUNICIPAL, sendo sua residência na Rua BELMIRO AVILA, S/N - CENTRO - CEP: 68.145-000, Município de Medicilândia/PA, solicitamos a Vossa Excelência a RATIFICAÇÃO do resultado deste processo, por ser avaliada e julgada como vantajosa para a Administração.

Medicilândia/PA, 19 de agosto de 2024.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂDIA
"CAPITAL NACIONAL DO CACAU"
CNPJ: 14.136.212/0001-05

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2024/007-CMM REQUISITANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂNDIA

**DESPACHO** 

Ao

Controle Interno,

Em conformidade com o disposto no artigo 38 da Lei nº 8.666/93, encaminhamos para análise e manifestação, o Processo de Administrativo nº 2024/007-CMM, que versa sobre o 3º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 009/2024-CMM, DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, decorrente da Dispensa de Licitação nº 003/2021-CMM, a pessoa física ILTOMAR CARVALHO DOS SANTOS, pessoa física, inscrito no CPF: 616.641.702-00, proprietário do imóvel/sede da referida CAMARA MUNICIPAL, sendo sua residência na Rua BELMIRO AVILA, S/N – CENTRO – CEP: 68.145-000, pelo período de 04 (quatro) meses.

Outrossim, solicitamos que após a emissão do Parecer Técnico, encaminhe os altos a Comissão de Licitação.

Medicilândia, 20 de agosto de 2024.



# ESTADO DO PARA PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂDIA "CAPITAL NACIONAL DO CACAU" CNPJ: 14.136.212/0001-05

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2021122003-CMM DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 001/2021-CMM

#### PARECER DO CONTROLE INTERNO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2024-CMM

Considerando as normas e procedimentos inerentes as atribuições constitucionais desta Controladoria Interna, conforme disposto nos artigos 30, 70 e 74 da Constituição Federal; artigo n° 76 de Lei n° 4.320/64, Resolução n° 7739/2005/TCM-PA, assim como o disposto na Lei Complementar n° 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), nos termos do §1°, do art. 11, da RESOLUÇÃO N°. 11.410/TCMde 25 de fevereiro de 2014, a Sra. Regina Lemos dos Santos, Coordenadora do Controle Interno da Câmara Municipal de Medicilândia, declara que analisou os autos realizados pela Comissão de Licitação da **DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 003/2021-CMM**, no 3° Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo de Vigência do Contrato n° 009/2021-CMM, DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAR AS ATIVIDADESA DMINISTRATIVAS DA CÂMARA MUNICIPAL, tendo como proponente a pessoa física senhor ILTOMAR CARVALHO DOS SANTOS, inscrito no CPF: 616.641.702-00, proprietário do imóvel/sede da referida CAMARA MUNICIPAL, sendo sua residência na Rua BELMIRO AVILA, S/N – CENTRO – CEP: 68.145-000, tendo como com base nas regras insculpidas pela Lei n°. 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos. E, declara ainda, que o procedimento administrativo, encontra-se:

- (X) Revestidos de todas as formalidades legais, nas fases interna, habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;
- () Revestidos parcialmente das formalidades legais, nas fases interna, habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, embora apresente a (s) seguinte (s) ressalva (s):
- ( ) Com irregularidade (s) de natureza grave, não estando aptos a gerar despesas para a municipalidade, conforme a (s) impropriedade (s) ou ilegalidade (s) enumerada (s) a seguir:

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o procedimento administrativo supramencionado se encontra em ordem, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas e, por fim, DECLARA estar ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências dealçada.

Medicilândia/PA, 21 de agosto de 2024.

REGINA LEMOS DOS SANTOS Controladora Interna – CMM



#### PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂDIA "CAPITAL NACIONAL DO CACAU"

CNPJ: 14.136.212/0001-05

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2024/007-CMM **REQUISITANTE:** CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂNDIA

PROCEDENCIA: GABINETE DA PRESIDENCIA

#### RATIFICAÇÃO DO TERMO ADITIVO

O Presidente da Câmara Municipal de Medicilândia, Estado do Pará, no uso de suas atribuições Legais e;

Considerando a necessidade de Prorrogação de Prazo ao Contrato nº 009/2021-CMM, de Locação de Imóvel para funcionar as atividades administrativas da Câmara Municipal de Medicilândia/PA;

Considerando a previsão orçamentária na LOA vigente e a existência de saldo orçamentário conforme atestado pelo setor competente;

Considerando a justificativa, o Parecer Jurídico e a manifestação exarada pela Comissão Permanente de Licitação que presidiu os trabalhos da elaboração do presenteprocesso.

Considerando a configuração da situação prevista no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº8.666/93 e a necessidade da realização da contratação em questão;

#### **Resolve:**

I – Ratificar a justificativa de Prorrogação de Prazo e o Parecer Jurídico em apenso aos autos que orientam pela prorrogação, com fundamento no art. 57, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, determinando a prorrogaçãode prazo para contratação da pessoa física ILTOMAR CARVALHO DOS SANTOS, pessoa física, inscrito no CPF: 616.641.702-00, proprietário do imóvel/sede da referida CAMARA MUNICIPAL, sendo sua residência na Rua BELMIRO AVILA, S/N - CENTRO - CEP: 68.145-000, Município de Medicilândia/PA, pelo período de 04 (quatro) meses;

II – Determinar ao setor competente que proceda a publicação, conforme de estilo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar desta assinatura, bem como que prepare o instrumento de contrato, se for necessário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Medicilândia, 22 de agosto de 2024.

#### JARI EDNEI TEIXEIRA



PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2024/007-CMM REQUISITANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂNDIA

#### CONVOCAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TERMO ADITIVO

O Município de **MEDICILÂNDIA**, através da **CÂMARA MUNICIPAL**, convoca a pessoa física **ILTOMAR CARVALHO DOS SANTOS**, (CPF n° 616.641.702-00), para assinatura do termo aditivo ao contrato n° 009/2021-CMM, decorrente da **DISPENSA DE LICITAÇÃO** N° 003/2021-CMM.

Cumpre-nos informar que a desatenção injustificada acarretará as sanções previstas em lei.

Sendo o que de momento se nos apresenta, subscrevemo-nos com apreço.

Medicilândia/PA, 26 de agosto de 2024.



# ESTADO DO PARA PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂDIA "CAPITAL NACIONAL DO CACAU" CNPJ: 14.136.212/0001-05

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024/007-CMM DISPENSA Nº 003/2021-CMM CONTRATO Nº 009/2021-CMM

### TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2021, DE LOCAÇÃO DO IMOVEL SEDE DA CAMARA MUNICIPAL DE MEDICILANDIA

**TERCEIRO TERMO ADITIVO** AO CONTRATO 009/2021. **QUE ENTRE** SI CELEBRAM, A CAMARA MUNICIPAL DE MEDICILANCIA  $\mathbf{E}$ 0 SR. **ILTOMAR** CARVALHO DOS SANTOS, COMO MELHOR ABAIXO SE DECLARA.

Pelo presente instrumento, o município de MEDICILANDIA, através da CAMARA MUNICIPAL DE MEDICILANDIA, neste ato denominado CONTRATANTE, localizado na TRAV. PEDRO LIMA, S/N – HELIO CARVALHO – MEDICILANCIA-PA, s/n, inscrito no CNPJ: 14.136.212/0001-05, representado pelo Sr. JARI EDNEI TEIXEIRA, presidente da casa legislativa, residente na Rua União, S/N – Centro – portador do CPF: Nº 387.501.202-04 e, de outro lado Sr. ILTOMAR CARVALHO DOS SANTOS, pessoa física, inscrito no CPF: 616.641.702-00, proprietário do imóvel/sede da referida CAMARA MUNICIPAL, sendo sua residência na Rua BELMIRO AVILA, S/N – CENTRO – CEP: 68.145-000 de agora em diante denominada contratado.

#### 1- CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO

1.1. De acordo com as partes fica prorrogado o prazo contratual pelo período de 04 (quatro) meses a vigorar do dia 02/09/2024 até 30/12/2024;

#### 2- CLAUSULA SEGUNDA – DO OBJETO CONTRATUAL

2.1. Locação do imóvel comercial da sede da Câmara Municipal de Medicilândia, cuja as instalações atende as necessidades para seu bom funcionamento;

#### 3 - CLAUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

3.1. As despesas referentes ao Termo Aditivo por conta da dotação orçamentariam: Exercício 2024.

Câmara Municipal de Medicilândia

- 01 031 0001 2.001 Manutenção da Câmara Municipal;
- 3.3.90.36.00 Outros serv. de terceiros pessoa física;



#### ESTADO DO PARÁ PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂDIA "CAPITAL NACIONAL DO CACAU"

CNPJ: 14.136.212/0001-05

#### 4 - CLAUSULA QUARTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1.Permanecem inalteradas todas as demais clausulas e condições contratuais.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo de aditamento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram.

	Medicilândia/PA, 02 de setembro de 202	
	Vereador JARI EDNEI TEIXEIRA Presidente da Câmara Municipal CONTRATANTE	
	ILTOMAR CARVALHO DOS SANTOS	
TESTEMUNHAS	CONTRATANTE	
1	CPF:	
2	CPF: _	



PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2024/007-CMM REQUISITANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂNDIA

#### PUBLICAÇÃO DE EXTRATO 3º TERMO AO CONTRATO Nº 009/2021-CMM

PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂNDIA e ILTOMAR CARVALHO DOS SANTOS.

**OBJETO:** 3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 009/2021-CMM, DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS.

**RECURSOS ORÇAMENTARIOS:** Exercício 2021 Atividade: 01 01.01031 0001.2.001-Manut. da Câmara Municipal, Classificação Econômica 3.3.90.36.00 Outros Serv. de Terceiros Pessoa Física.

**FUNDAMENTÇÃO LEGAL DO CONTRA:** Este aditivo tem base legal no art. 57, Inciso II da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**DATA DA ASSINATURA:** 02 de setembro de 2024.

VIGENCIA: 02 de setembro de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

#### **REGISTRADO E PUBLICADO NESTA DATA:**



"CAPITAL NACIONAL DO CACAU" CNPJ: 14.136.212/0001-05

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2024/007-CMM REQUISITANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂNDIA

CERTIDÃO DE AFIXAÇÃO DO EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Certifico para os devidos fins, que foi publicado na Portal da Transparencia da Câmara Municipal de Medicilândia/PA, e quadro de aviso e publicações dessa Casa de Leis, o extrato referente ao 3º termo aditivo ao contrato nº 009/2021-CMM, firmado entre a CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂNDIA e ILTOMAR CARVALHO DOS SANTOS, decorrente do processo administrativo DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2021-CMM.

Medicilândia, 02 de setembro de 2024.